



**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 8**

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 8

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 8 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 8)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-101-5

DOI 10.22533/at.ed.015190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ROUSSEAU, MUITO ALÉM DO CONTRATO Mirela Teresinha Bandeira Silva Moraes DOI 10.22533/at.ed.0151904021	
CAPÍTULO 2	11
A FLUIDEZ DO “FICAR” ADOLESCENTE: BREVE NOTA NA PÓS-MODERNIDADE Solange Aparecida de Souza Monteiro Karla Cristina Vicentini de Araujo Carina Dantas de Oliveira Hamilton Édio dos Santos Vieira Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro DOI 10.22533/at.ed.0151904022	
CAPÍTULO 3	18
O PODER, A VIOLÊNCIA E A CRISE DA POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN Márcio Jarek DOI 10.22533/at.ed.0151904023	
CAPÍTULO 4	27
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO Antonio José Araujo Lima Eliane Maria Nascimento de Carvalho Nilza Cleide Gama dos Reis Ronaldo Silva Júnior Welyza Carla da Anunciação Silva DOI 10.22533/at.ed.0151904024	
CAPÍTULO 5	34
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E TERCEIRA IDADE João Manoel Borges de Oliveira Matheus Santos Medeiros Hugo Henrique Sousa de Lisboa Mariana Melo Mesquita de Siqueira Rener Rodrigo Pires Talita Neri Caetano de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.0151904025	
CAPÍTULO 6	45
PARADIGMAS DA ESTRUTURAÇÃO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO EPISTEMOFÍLICO INFANTIL Aline Aires da Costa Giovani Zago Borges Veruska Vitorazi Bevilacqua DOI 10.22533/at.ed.0151904026	

CAPÍTULO 7 52

PROTAGONISMO RESPONSÁVEL: A LÓGICA DO DEVER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, DO PROFISSIONALISMO E DA LIDERANÇA

[Wílian Mauri Friedrich Neu](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904027

CAPÍTULO 8 62

SIGNO VERBAL E LUTA DE CLASSES: A ARENA DISCURSIVA DE TRÊS POSIÇÕES AXIOLÓGICAS SOBRE O CORTE DE GASTOS NO GOVERNO TEMER

[José Ronaldo Ribeiro da Silva](#)

[Juliane Vargas](#)

[Carlos Sergio Rodrigues da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904028

CAPÍTULO 9 74

TEIAS DE DIÁLOGOS FEMININOS. A GRAPHIC NOVEL “BORDADOS” E A UTILIZAÇÃO DE TEXTOS MULTIMODAIS PARA UM ENSINO PROCESSUAL: DA ESCRITA À PRÁTICA SOCIAL

[Regimário Costa Moura](#)

[Felipe Marinho da Silva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904029

CAPÍTULO 10 87

PROPOSIÇÕES ÉTICAS E ESTÉTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RISCO, VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE SOCIAL

[Maria Aparecida Camarano Martins](#)

[Joelma Carvalho Vilar](#)

[Sheyla Gomes de Almeida](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040210

CAPÍTULO 11 93

PROPOSTA INVESTIGATIVA DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO AUXILIADOR DA APRENDIZAGEM

[Made Júnior Miranda](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040211

CAPÍTULO 12 106

OS JOGOS EDUCATIVOS COMO FERRAMENTA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

[Fillipi André dos Santos Silva](#)

[Sheila Saint Clair da Silva Teodósio](#)

[Soraya Maria de Medeiros](#)

[Ana Elisa Pereira Chaves](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040212

CAPÍTULO 13 112

OS RUMOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O EHPS

[David Budeus Franco](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040213

CAPÍTULO 14	118
PLANEJAMENTO DA AÇÃO DIDÁTICA: IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas Lucivânia Maria Cavalcanti Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040214	
CAPÍTULO 15	125
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO–PRONATEC: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM	
Maria José Fernandes Torres Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares Fábio Alexandre Araújo dos Santos Ana Lúcia Sarmento Henrique Ilane Ferreira Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.01519040215	
CAPÍTULO 16	138
REFLEXÕES ACERCA DA (IN) VISIBILIDADE DA CRIANÇA NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
Marcia Cristina Argenti Perez Estefânia Coelho Chicarelli	
DOI 10.22533/at.ed.01519040216	
CAPÍTULO 17	148
AGREGANDO SABOR AO TRABALHO DO MOVIMENTO CAMPONÊS: EMPREGO DO EXTRATO DE SEMENTE DE MORINGA NA TECNOLOGIA DE DERIVADOS LÁCTEOS FERMENTADOS	
Jaqueline Vaz da Silva Thyago Leal Calvo Ed Carlo Rosa Paiva Jupyrcyara Jandyra de Carvalho Barros	
DOI 10.22533/at.ed.01519040217	
CAPÍTULO 18	154
PENSAR, MOTIVAR E CRIAR COM A DIFERENÇA: CINEMA, ESCOLA E ALTERIDADE	
Andréa Casadonte Carneiro Leão	
DOI 10.22533/at.ed.01519040218	
CAPÍTULO 19	162
PINTAR, DESENHAR, “ARTESANAR”: O ARTESANATO COMO PRODUÇÃO SIMBÓLICA ESTÉTICA DA LEITURA DO MUNDO POR CRIANÇAS	
Franciane Sousa Ladeira Aires	
DOI 10.22533/at.ed.01519040219	
CAPÍTULO 20	177
PROMOVENDO A ACESSIBILIDADE NO IMEPAC: AÇÕES COTIDIANAS FACILITADORAS DA CONVIVÊNCIA E COM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS	
Ana Lúcia Costa e Silva Laurice Mendonça da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040220	

CAPÍTULO 21	185
PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 2000	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Ângela Kaline da Silva Santos	
Larissa dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040221	
CAPÍTULO 22	194
OBJOR-MT - OBSERVATÓRIO DA ÉTICA JORNALÍSTICA EM MATO GROSSO: LEITURAS DE MUNDO, EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS E DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA	
Rafael Rodrigues Lourenço Marques	
Gibran Luis Lachowski	
Débora Muller Padilha	
DOI 10.22533/at.ed.01519040222	
CAPÍTULO 23	207
A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO SOCIAL NOS ESTUDOS SOBRE BRINQUEDOTECAS EM DIFERENTES CONTEXTOS: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR	
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.01519040223	
CAPÍTULO 24	215
A QUESTÃO DO DISCURSO OFICIAL SOBRE A PROPOSTA DE ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA INFANTIL NO BRASIL (2000-2010)	
Vanildo Stieg	
Regina Godinho de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.01519040224	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232

PROMOVENDO A ACESSIBILIDADE NO IMEPAC: AÇÕES COTIDIANAS FACILITADORAS DA CONVIVÊNCIA E COM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

Ana Lúcia Costa e Silva

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio
Carlos – IMEPAC, Docente de Psicologia
Araguari-MG

Laurice Mendonça da Silveira

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio
Carlos – IMEPAC, Docente de Libras
Araguari-MG

RESUMO: texto que apresenta a estratégia colocada em prática no Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos de Araguari-MG, promovendo as acessibilidades de maneira efetiva, a partir do diálogo constante entre os usuários que necessitam desse suporte e os profissionais de apoio pedagógico. O objetivo foi sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre a importância das acessibilidades via ações cotidianas simples, favorecendo a inclusão; atentando-se às suas especificidades e em cumprimento a exigência constitucional, assegurando às pessoas com deficiência, a realização plena de direitos fundamentais. Pensando na garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, recorreremos ao Decreto nº 7.611/2011, art.1º e também ao Manual da Acessibilidade, 2009, visto que, na base de tudo, está o princípio democrático da educação

para todos, ficando evidente nos sistemas educacionais que se preocupam com todos os alunos. A proposta contou com pesquisas, entrevistas e a colaboração de professores, alunos e intérprete de LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais e foi construída a partir da nossa experiência frente ao Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico do IMEPAC (NAAP), no atendimento às pessoas com deficiência. Assim, pudemos concluir que a melhoria do processo das acessibilidades, se pretende atingir a todos os colaboradores, facilitando a convivência como um todo; precisa ter alguma forma de orientar essa conduta.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidades, Educação, Inclusão.

ABSTRACT: text that presents the strategy put into practice in the educational Master Institute Antonio Carlos de Araguari, Minas Gerais, promoting the accessibility effectively, from the constant dialogue between users who need that support and educational support professionals. The objective was to sensitize and educate people about the importance of accessibility via simple everyday actions, favoring the inclusion; considering himself to their specificities and in compliance with the constitutional requirement, ensuring people with disabilities, the implementation of fundamental rights. Thinking on guarantee of inclusive education system at

all levels, without discrimination and on the basis of equality of opportunity, we resort to Decree n° 7,611/2011, art. 1 and also the Accessibility Handbook, 2009, Whereas, on the basis of everything, is the democratic principle of education for all, becoming evident in educational systems that are concerned with all students. The proposal included surveys, interviews, and the collaboration of teachers, students and interpreter of Brazilian Sign Language-POUNDS and was built from our experience in front of the nucleus of accessibility and Support of IMEPAC Psychology (NAAP), in service to people with disabilities. So, we were able to conclude that the improvement of the process of accessibility, if we want to reach all employees, facilitating the coexistence as a whole; need to have some way of guiding this conduct

KEYWORDS: Accessibility, Education, Inclusion

1 | INTRODUÇÃO

Assuntos referentes à inclusão e acessibilidade, ainda que façam parte de nosso cotidiano, encontram-se ainda, em algumas situações, no mundo das ideias, pois vez ou outra deparamo-nos com reportagens ou presenciamos situações que desrespeitam a pessoa com deficiência.

Nesse sentido, enquanto coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAAP) do IMEPAC, no período de 2010 a 2018, atendendo aos alunos, foi perceptível a necessidade de se pensar em ações que pudessem ser significativas e facilitadoras da convivência de todos os usuários do serviço prestado pela instituição, incluindo o saber agir, de modo natural, tranquilo e respeitoso com pessoas com deficiência.

Assim, à época da proposta, foi considerada não apenas a demanda que passou a existir na instituição, bem como a necessidade de se pensar na formação mais humanizada do profissional que ali estudava, mas que não sabia como agir frente a essa nova situação. Essa demanda também partiu dos próprios estudantes com deficiência, que à época, eram três alunos surdos e dois com deficiência visual, os quais muito nos ajudaram na construção desse material e da estratégia em si, visando à inclusão.

Em 2017, os, princípios filosóficos que norteavam as práticas acadêmicas estavam relacionados à: igualdade entre as pessoas, independente de nacionalidade, gênero, cor, orientação sexual ou credo, opondo-se a qualquer espécie de discriminação e injustiça social; busca contínua pela excelência acadêmica, alicerçada na inovação e na formação integral da pessoa humana; respeito aos princípios de liberdade, de solidariedade e dos direitos humanos; garantia dos valores da democracia, do estado de direito daí decorrente e da Constituição da República; proteção do meio ambiente e da natureza como fonte de vida e relacionada a justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, a pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual; inclusão da pessoa com deficiência, propiciando seu ingresso, permanência

e sucesso no ensino superior em igualdade de condições e responsabilidade com a sociedade. Deste modo, respaldados pelo documento da instituição, buscamos estudar alternativas que pudessem garantir a efetividade dos direitos e o processo de aprendizagem e relações saudáveis para todos.

Assim, considerando tanto a missão quanto a visão institucional, o Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico, junto ao Núcleo de Apoio ao Estudante, apresentaram a proposta de ações cotidianas promovedoras de acessibilidades no IMEPAC, elaboradas em parceria com pessoas que se faziam presentes na instituição e que entendiam como função precípua da educação, a acessibilidade, como direito de todos.

2 | DESENVOLVIMENTO

Por acessibilidade, temos por definição

As condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade. (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998).

EM face desse direito de ir e vir, com autonomia, foi necessário fazer os devidos ajustes, para que pudéssemos garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Desta forma, recorreremos ao Decreto nº 7.611/2011, art.1º, o qual destaca que para um ensino inclusivo, todos devem sentir-se bem-vindos, acolhidos e atendidos em suas necessidades específicas, contribuindo assim para seu sucesso acadêmico, bem como nos fundamentamos também no Manual da Acessibilidade, 2009, visto que, na base de tudo, está o princípio democrático da educação para todos, ficando evidente nos sistemas educacionais que se desejam inclusivos.

A promoção da acessibilidade só será efetiva a partir do diálogo constante entre os usuários e os profissionais de apoio pedagógico, buscando entender como a instituição pode/deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência e, a partir disso, planejar a melhoria do processo de acessibilidade dentro da instituição, já vislumbrando nosso objetivo maior que é a inclusão. Por isso, acreditamos ser importante, a realização de trabalhos voltados à conscientização dos profissionais e da sociedade a respeito da melhoria da qualidade de vida das pessoas com limitações.

A proposta contou com pesquisas, entrevistas e a colaboração de professores, alunos e intérprete de LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, e foi construída a partir da experiência do NAAP, no atendimento às pessoas com deficiência e a constante troca de informações com o NAE. Desta forma, elaboramos uma lista de possíveis ações e comportamentos adequados, ao nos relacionarmos com pessoas com deficiência. O

modelo foi apresentado, corrigido pela professora de Língua Portuguesa da instituição e depois, passou pelo crivo dos estudantes com deficiência, para que pudéssemos fazer a distribuição do material para todos os colaboradores e alunos do IMEPAC.

O modelo final, focou em aspectos que norteavam condutas ao lidar com todas as formas de deficiência, bem como os materiais disponíveis na instituição para que os professores pudessem rever suas práticas e adaptá-las às necessidades dos estudantes.

Deste modo, tivemos o documento que contemplava dicas fáceis e capazes de proporcionar a inclusão. Ao abordarmos as dicas sobre relacionamento, destacamos algumas orientações que deviam ser seguidas nos contatos com as pessoas com deficiência, deixando evidente que não eram regras absolutas, mas especificidades dos diferentes tipos de deficiências, pontuados a partir da experiência de educadores e das próprias pessoas com deficiência.

Por exemplo, ao chamar a pessoa, foi indicado que se usasse o termo hoje mundialmente aceito: “pessoa com deficiência (física, auditiva, visual ou intelectual)”, em vez de “portador de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais” ou “portador de necessidades especiais”; que as pessoas poderiam usar os termos “cego” e “surdo”, mas que jamais utilizassem termos pejorativos ou depreciativos como “deficiente”, “aleijado”, “inválido”, “mongol”, “excepcional”, “retardado”, “incapaz”, “defeituoso”, dentre outros.

No atendimento à **Pessoas com Deficiência Física**, destacou-se a importância de perceber que para uma pessoa sentada é incômodo ficar olhando para cima por muito tempo, assim, ao conversar por mais tempo que alguns minutos com uma pessoa que usa cadeira de rodas, se for possível, lembrar-se de sentar, para que ambos fiquem com os olhos no mesmo nível.

Outro detalhe mencionado foi referente à cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas), ou seja, é parte do espaço corporal da pessoa, quase uma extensão do seu corpo. Desse modo, apoiar-se na cadeira de rodas é tão desagradável como fazê-lo numa cadeira comum em que uma pessoa está sentada.

Ao empurrar uma pessoa em cadeira de rodas, faça-o com cuidado, prestando atenção para não bater nas pessoas que caminham à frente; e, caso pare para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente para que a pessoa também participe da conversa.

Ao perceber que a pessoa parece estar em dificuldades, ofereça ajuda e, caso seja aceita, pergunte como deve proceder, afinal, as pessoas têm suas técnicas individuais para subir escadas, por exemplo, e, às vezes, uma tentativa de ajuda inadequada pode até atrapalhar. Outras vezes, o auxílio é essencial: pergunte e saberá como agir, não se ofendendo se a ajuda for recusada.

Mencionou-se, também, que ao presenciar um tombo de uma pessoa com deficiência, ofereça-se imediatamente para auxiliá-la, mas nunca aja sem antes perguntar se e como deve ajudá-la. Um detalhe importante, é a necessidade de

estarmos atentos para a existência de barreiras arquitetônicas quando for escolher uma casa, restaurante, teatro ou qualquer outro local que queiramos visitar com uma pessoa com deficiência física. E, para finalizar, não se acanhe em usar termos como “andar” e “correr”, afinal, as pessoas com deficiência física empregam naturalmente essas mesmas palavras.

Em relação ao **Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual**, destacamos que nem sempre elas precisam de ajuda; mas se encontrar algum deficiente visual que pareça estar em dificuldades, identifique-se, faça-o perceber que você está falando com ele e ofereça-lhe seu auxílio. De forma análoga, nunca ajude sem perguntar como fazê-lo e, caso sua ajuda como guia seja aceita, coloque a mão da pessoa no seu cotovelo dobrado, assim, ela irá acompanhar o movimento do seu corpo enquanto você vai andando. Num corredor estreito, por onde só é possível passar uma pessoa, coloque o seu braço para trás, de modo que a pessoa cega possa continuar seguindo você.

É sempre bom avisar, antecipadamente, sobre a existência de degraus, pisos escorregadios, buracos e outros obstáculos durante o trajeto, e ao explicar direções, seja o mais claro e específico possível; de preferência, indique as distâncias em metros (“uns vinte metros à nossa frente”, por exemplo). Quando for afastar-se, avise sempre.

Algumas pessoas, sem perceber, falam em tom de voz mais alto quando conversam com pessoas cegas. A menos que ela tenha, também, uma deficiência auditiva que justifique isso, não faz nenhum sentido gritar, deste modo, fale em tom de voz normal. Destaque, também, que não se deve brincar com um cão-guia, pois ele tem a responsabilidade de guiar o dono que não enxerga e não deve ser distraído dessa função.

As pessoas cegas ou com visão subnormal são como qualquer outra pessoa, só que não enxergam. Trate-as com o mesmo respeito e consideração dispensados às demais pessoas. No convívio social ou profissional, não as exclua das atividades normais, deixando que elas decidam como podem ou querem participar. Finalizando este item, fique à vontade para usar palavras como “veja” e “olhe”, pois as pessoas com deficiência visual as empregam com naturalidade.

Em relação ao **Atendimento às Pessoas com Paralisia Cerebral**, fruto da lesão cerebral, ocasionada antes, durante ou após o nascimento, causando desordem sobre os controles dos músculos do corpo, devemos entender que ela não é uma criança, nem é portador de doença grave ou contagiosa, portanto, devemos tratá-la com a mesma consideração e respeito usados com as demais pessoas.

Quando encontrar uma pessoa com paralisia cerebral, lembre-se de que ela tem necessidades específicas, por causa de suas diferenças individuais, e pode ter dificuldades para andar, fazer movimentos involuntários com pernas e braços e apresentar expressões estranhas no rosto. Assim, não se intimide, trate-a com naturalidade e respeite o seu ritmo, porque em geral essas pessoas são mais lentas. Tenha paciência ao ouvi-la, pois a maioria tem dificuldade na fala. Há pessoas que

confundem esta dificuldade e o ritmo lento com deficiência intelectual.

Para o **Atendimento às Pessoas com Deficiência Auditiva**, lembramos que não é correto dizer que alguém é surdo-mudo, afinal, muitas pessoas surdas não falam porque não aprenderam a falar e algumas fazem a leitura labial, outras não. Deste modo, Ao falar com uma pessoa surda, acene para ela ou toque levemente em seu braço, para que ela volte sua atenção para você. Posicione-se de frente para ela, deixando a boca visível de forma a possibilitar a leitura labial. Evite fazer gestos bruscos ou segurar objetos em frente à boca, falando de maneira clara, pronunciando bem as palavras, sem exagero, usando a sua velocidade normal, a não ser que lhe peçam para falar mais devagar.

Ao falar com uma pessoa surda, procure não ficar contra a luz, e sim num lugar iluminado; seja expressivo, pois as pessoas surdas não podem ouvir mudanças sutis de tom de voz que indicam sentimentos de alegria, tristeza, sarcasmo ou seriedade, e as expressões faciais, os gestos e o movimento do seu corpo são excelentes indicações do que você quer dizer. Enquanto estiver conversando, mantenha sempre contato visual. Se desviar o olhar, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou.

Nem sempre a pessoa surda tem uma boa dicção. Se tiver dificuldade para compreender o que ela está dizendo, não se acanhe em pedir para que repita. Geralmente, elas não se incomodam em repetir quantas vezes for preciso para que sejam entendidas. Se for necessário, comunique-se por meio de bilhetes, o importante é se comunicar.

Mesmo que a pessoa surda esteja acompanhada de um intérprete, dirija-se a ela, e não ao intérprete. Algumas pessoas surdas preferem a comunicação escrita, outras usam língua de sinais e outras ainda preferem códigos próprios. Estes métodos podem ser lentos, requerem paciência e concentração. Você pode tentar se comunicar usando perguntas cujas respostas sejam sim ou não. Se possível, ajude a pessoa surda a encontrar a palavra certa, de forma que ela não precise de tanto esforço para transmitir sua mensagem. Não fique ansioso, pois isso pode atrapalhar sua conversa.

No **Atendimento às Pessoas com Deficiência Intelectual**, aja naturalmente ao dirigir-se a ela, tratando-a com respeito e consideração, de acordo com sua idade, portanto, não a ignore. Cumprimente e despeça-se dela normalmente, como faria com qualquer pessoa, dando-lhe atenção, conversando e você verá como pode ser divertido. Seja natural, diga palavras amistosas. Importante não superproteger a pessoa com deficiência intelectual, deixando que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude apenas quando for realmente necessário.

Não subestime sua inteligência. As pessoas com deficiência intelectual levam mais tempo para aprender, mas podem adquirir muitas habilidades intelectuais e sociais.

Após destacarmos as dicas, inserimos um item que foi chamado de **DIÁLOGO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS DIVERSOS SETORES DA IES**, pois geralmente é perceptível um medo em iniciar algum diálogo, ou até mesmo em perguntar

coisas simples como: o que precisa? Posso ajudar? Existe um certo temor de que o deficiente possa se ofender com algum comentário, isso prejudica o estabelecimento do diálogo. Por isso destacamos como importante que os atendentes não evitassem qualquer interação com deficientes, não tivessem medo de perguntar sobre assuntos relacionados a deficiência e quando sentissem que era necessário auxiliar em algo, que o fizessem sem medo, pois o próprio deficiente lhe forneceria as orientações a esse respeito.

Em seguida, destacamos acerca do **DIÁLOGO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA**, para que os docentes realizassem suas atividades considerando todos os alunos e adaptando sua metodologia, quando fosse necessário. Deste modo, elencamos como dicas, no caso de ter alunos com deficiência visual: se possível, ditar enquanto escreve na lousa; ao trabalhar com alguma imagem ou gráfico que seja relevante para a compreensão da disciplina, descrevê-lo, apontando os aspectos principais; providenciar as avaliações em arquivos digitais. No caso de usar imagens postadas no portal, elas devem apresentar uma breve descrição, como, por exemplo de legenda: Imagem para cego ver.

Em relação ao aluno surdo, a partir da criação da Lei nº 10.436/02 e do Decreto nº 5626/05, destacou-se a presença obrigatória do intérprete de Libras nas instituições Públicas Federais e Estaduais e nas Privadas de Ensino Superior, com isso, muitos Surdos tomaram ânimo para ingressarem no curso superior. De fato, para muitas instituições do ensino superior receber um aluno surdo tem sido um acontecimento inédito e, com isso, muitos ajustes precisam ser feitos: contratar um Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa para cada sala onde se encontra um ou mais alunos Surdos; todo o material usado pelo professor(a) para ministrar o conteúdo deve estar acessível ao intérprete com antecedência, para que este possa fazer a adaptação para a Língua Brasileira de Sinais; a instituição deve identificar-se como acessível à pessoa Surda através de sinalização visual (placa), em que a instituição pode disponibilizar um endereço eletrônico ou *whatsapp* para o agendamento da assistência de um intérprete da instituição, caso a mesma não possua um disponível em tempo integral. Importante não isolar o aluno surdo, afinal, a comunicação oral não é a única forma de comunicação. Outro detalhe é que o surdo não deve ser estigmatizado como nervoso ou difícil, pois essa impressão pode ser errônea; ele é muito mais expressivo do que os demais que são ouvintes. O intérprete tem a responsabilidade de facilitar a comunicação entre aluno e professor, entre aluno e classe e entre aluno e instituição, ou seja, ele é um mediador, a responsabilidade pelo aprendizado continua sendo do aluno e do professor.

Mesmo que o aluno surdo esteja acompanhado do intérprete da instituição, os colaboradores dos setores com os quais o aluno surdo precisará ter contato ao longo do seu curso, devem conhecer noções básicas da Língua Brasileira de Sinais para que o aluno surdo sintá-se acolhido e o colaborador da instituição possa auxiliá-lo com a mesma qualidade que auxilia os demais alunos ouvintes.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se atentar para as especificidades das pessoas com deficiência, a IES cumpre uma exigência constitucional, o direito à acessibilidade, assegurando às pessoas com deficiência, a realização plena de direitos fundamentais como a capacidade de circular pelos espaços de forma livre e com autonomia e o direito à comunicação efetiva.

Portanto, é nossa obrigação, como cidadão, combater toda e qualquer forma de preconceito e discriminação. Nossa participação é importante e deve ser efetivada de forma respeitosa, ética e humana.

Quando da escrita desse artigo, cabe destacar que uma nova versão da cartilha já está em fase de reestruturação, tendo em vista que a educação é um processo dinâmico e precisamos nos manter em constante atualização. Devendo estar mais atentas e conscientes sobre as acessibilidades, as pessoas que participam desse contexto. Até mesmo porque, quem iniciou esse processo, deixou a coordenação do NAAP e apoia indiretamente as ações de acessibilidade e inclusão que continuam acontecendo dentro da IES.

REFERÊNCIAS

Acessibilidade: como lidar? Disponível em Responsabilidade social e ambiental <www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/Como-lidar.html> Acesso em 15 mar. 2017.

BRASIL. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência** - Lei nº 7853/89. Decreto n. 914/93. Brasília, DF: Corde, 1994.

BRASIL. **PROJETO DE LEI (4767/98)**. Normas gerais e Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Brasília, DF, 1998.

DISCHINGER; Marta et al. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

MANTOAN, M. T. E. . **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência / coordenação Marta Gil. - São Paulo: **Instituto Ethos**, 2002. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/>, acesso em 12 fev.2016.

Orientações aos Sistemas de Ensino sobre o Decreto nº 7.611/2011 (Nota Técnica Nº 62 / 2011 / MEC / SECADI /DPEE), disponível em: <https://inclusaoja.com.br/category/legislacao-2/>. Acesso em 15 mar. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-101-5

